

*Campus Realengo*

Bacharelado em Terapia Ocupacional

Andressa Camilla Mendes da Silva

**INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM  
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA  
MONITORIA ACADÊMICA NO PERÍODO DE  
PANDEMIA DA COVID-19**

Rio de Janeiro

2021

ANDRESSA CAMILLA MENDES DA SILVA

**INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE  
UMA MONITORIA ACADÊMICA NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Simone Maria Puresa Fonseca Lima.

Rio de Janeiro

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

Elaborada por Karina Barbosa dos Santos

Bibliotecária - CRB 7 n° 6212

S586

Silva, Andressa Camilla Mendes da

Inclusão no Ensino Superior: um relato de experiência de uma monitoria acadêmica no período de pandemia da COVID-19/ Andressa Camilla Mendes da Silva, 2021.

21f.: il.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Terapia ocupacional)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2020.

Orientador(a): Profª. Msc. Simone Maria Puresa Fonseca Lima.

1. Educação Inclusiva. 2. Ensino superior. 3. Monitor. I. Instituto Federal do Rio de Janeiro. Campus Realengo. II. Lima, Simone Maria Puresa Fonseca . III. Título.

COBIB/CReal

CDU 615.851.3

ANDRESSA CAMILLA MENDES DA SILVA

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE  
UMA MONITORIA ACADÊMICA NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Instituto Federal  
de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial para a  
obtenção de título de Bacharel em  
Terapia Ocupacional.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Simone Maria Puresa Fonseca Lima - (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – (IFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Fernanda Santos Carneiro (Membro titular)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – (IFRJ)

---

Intérprete de LIBRAS Viviane da Penha Pereira de Souza (Membro titular)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – (IFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Carla Fagundes Félix (Membro suplente)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – (IFRJ)

*Dedico a todos os estudantes de  
graduação com necessidades  
específicas.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus,

À minha família que sempre me apoiou e foi meu suporte nos momentos mais difíceis,

À minha filha (in memoriam),

Ao Gabriel, meu companheiro, por todo o carinho e dedicação, principalmente nos momentos de muito estresse e ainda, pela colaboração na leitura dos artigos em inglês,

À minha orientadora, Professora Simone, que foi uma das minhas grandes inspirações dentro da faculdade, me acolheu e acolheu o meu tema com empolgação,

Ao Núcleo de Atendimento a Pessoas com necessidades específicas (NAPNE),

A todos os professores, preceptores e supervisores de estágio com quem troquei durante a graduação, em especial Soraya, Vanessa e Renata, muito obrigada por todo o aprendizado,

Às amigas da faculdade, em especial Mayara, Carolina, Ana, Ariane, Izabella, Susana, Aline, Rita e dos estágios Rafael, Marcele, Tatiane, Mayra e Thammy, as trocas que tivemos foram fundamentais para minha formação,

Agradeço a todos que passaram por mim e me afetaram durante os anos de graduação, muito obrigada por terem contribuído com minha formação profissional e pessoal!

*"É necessário se espantar, se indignar  
e se contagiar, só assim é possível  
mudar a realidade."*

*Nise da Silveira*

## **RESUMO**

A Constituição Federal de 1988 assegura o Direito à Educação de forma isonômica ao longo da vida, bem como garante o atendimento educacional especializado, junto ao Programa Incluir de acessibilidade à Educação Superior. Evidencia-se um crescente aumento de estudantes com necessidades específicas matriculados no Ensino Superior. A pandemia de COVID-19 convocou a retomada do ensino no formato de Atividades Pedagógicas não presenciais (APNPs). Em face disso se faz necessário refletir a respeito do processo de inclusão de estudantes com necessidades específicas durante as APNPs. Objetivo: Descrever as experiências de uma monitoria acadêmica realizada junto a estudantes com necessidades específicas em uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trata-se de um relato de experiência de uma monitoria acadêmica no decorrer das APNPs. A monitoria é uma das ações enquanto estratégia facilitadora do processo de ensino aprendizagem que junto ao núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas oferece suporte aos estudantes com necessidades específicas no acesso às APNPs. A pesquisa corrobora com a atuação da monitoria junto ao núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas, visto que suas ações favorecem o acesso às APNPs.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Ensino Superior. Monitor. COVID-19.



## **ABSTRACT**

The Federal Constitution of 1988 guarantees the Right to Education in an isonomic way throughout life, as well as guarantees specialized educational care, together with the Include Program of Accessibility to Higher Education. There is a growing increase in students with specific needs enrolled in higher education. The COVID-19 pandemic called for the resumption of teaching in the form of Non-face-to-face Pedagogical Activities (NPA). In view of this, it is necessary to reflect on the process of inclusion of students with specific needs during NPA. Objective: Describe experiences of an academic monitoring carried out with students with specific needs in a Federal Institution of Higher Education in the West Zone of Rio de Janeiro. Material and Method: This is an experience report of an academic monitoring during NPAs. Monitoring is one of the actions as a strategy that facilitates the learning-teaching process that, together with the support center, for people with specific needs, supports students with specific needs access to NPAs. The research corroborates the performance of the monitoring with the support center for people with specific needs, since its actions favor access to NPAs.

**Keywords:** Inclusive Education. Higher Education. Monitor. COVID-19.

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MATERIAL E MÉTODO.....	11
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
REFERÊNCIAS.....	19

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso ao sistema educacional, é um direito assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e complementado pelas leis infraconstitucionais, com a finalidade de efetuar e garantir o ingresso de todos os estudantes por um acesso que predomine o Estado democrático de direito, onde os indivíduos possam usufruir de sua participação social. O artigo 206, parágrafo I e IX, dispõe sobre a isonomia educacional ao longo da vida e o acesso e permanência ao local de ensino, o artigo 208, afirma o dever que o Estado possui para o implemento da educação e efetivação da garantia do atendimento educacional especializado (BRASIL, 1988).

Ressalta-se, ainda, a contribuição de pactos de cunho internacional na valoração da educação não só como um direito fundamental, mas um direito social que acolhe a humanidade. A Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948, documento adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por trazer os direitos humanos básicos como foco, cita, em seu artigo 26, a educação enquanto direito obrigatório que deve ser acessível a todos para alcançar harmonia social (ONU, 1948).

A fim de materializar as garantias de direito, surgiu a necessidade de criar o Programa Incluir de acessibilidade à Educação Superior (BRASIL, 2013), que oferece recursos para que se efetive as garantias constitucionais e leis complementares, como o atendimento educacional especializado (AEE) no ensino superior (BRASIL, 2013; BRASIL, 2015). Entre os seus pilares:

“A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras” (BRASIL, 2013, p. 13).

Segundo o Censo de Educação Superior do Brasil de 2019, houve um crescente aumento no número de estudantes com necessidades específicas matriculados nas instituições de ensino superior. Havia 48.520 estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação matriculados, equivalente a 0,56% do total de matrículas em cursos de graduação (INEP, 2019). Estudantes com necessidades específicas

ingressam progressivamente em instituições de ensino superior e o AEE se faz cada vez mais necessário (BRASIL, 2013), para garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Com a pandemia de COVID-19 em 2020, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), preconizou-se minimizar qualquer tipo de aglomeração, em primeiro momento, ocorreu a paralisação das atividades presenciais não essenciais e nestas, as atividades educacionais estiveram englobadas. Em face disso, houve a necessidade de ponderar a respeito das possibilidades de prosseguir com as atividades educacionais de forma remota, e de que forma se faria possível o acesso a todos os estudantes, para que não houvesse grandes números de evasão (BRASIL, 2020; OLIVEIRA, *et al.* 2021). As atividades retornaram gradualmente de forma remota, denominadas de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs), como forma de garantir o Direito à educação (CNE, 2020).

Diante disso, indago, quais ações foram realizadas para assegurar a inclusão de estudantes com necessidades específicas durante as APNPs? Considerando o exposto, o objetivo é descrever as experiências de uma monitoria acadêmica realizada junto a estudantes com necessidades específicas em uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo trata-se de um relato de experiência, de uma vivência enquanto monitora acadêmica do núcleo de atendimento para estudantes com necessidades específicas de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona Oeste do Rio de Janeiro, realizada no período de novembro de 2020 a outubro de 2021. Essa experiência ocorreu no decorrer das APNPs no período de pandemia da COVID-19.

Para tanto, se utilizará de uma revisão bibliográfica para fundamentar os processos reflexivos da experiência relatada e subsidiar as discussões, a partir de uma busca a artigos publicados em língua portuguesa e inglesa no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores: “higher education”; “COVID-19” e o termo de busca: “inclusive education”, com o operador booleano: “AND” e o recorte temporal para as publicações entre o período de 2020 a 2021.

Os termos de busca foram realizados na língua inglesa, pois na utilização destes na língua portuguesa não foi possível encontrar artigos, em princípio os termos seriam: “Ensino superior”; “Atendimento educacional especializado”; “Monitoria”, sendo assim, foi necessária adaptação e modificação após a verificação dos resultados para as buscas, utilizando: higher education; inclusive education; COVID-19, os artigos foram encontrados apenas em língua inglesa. O período de busca dos artigos foi de maio de 2021 a julho de 2021.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos revisados por pares, que abordem a educação inclusiva no ensino superior durante o ensino remoto emergencial no período da pandemia de COVID-19 e considerem os três termos de busca apontados. Excluíram-se, portanto, artigos que não discorrem sobre estudantes com necessidades específicas, educação inclusiva, ensino superior e a pandemia de COVID-19. Foram identificados um total de 43 artigos, destes 2 artigos atendiam aos critérios de inclusão e 41 foram excluídos, por estarem repetidos, não estarem revisados por pares ou não se enquadrarem no tema a partir da leitura dos títulos e dos resumos dos artigos, no qual considerou-se a ausência de estudantes com necessidades específicas, ensino superior e o ensino remoto emergencial.

Realizou-se ainda, um levantamento bibliográfico dos achados legislativos da Constituição Federal de 1988, a respeito do tema, bem como das Políticas Públicas Brasileiras de Educação das pessoas com deficiência e a Lei da pessoa com deficiência. Foram feitas anotações, em tópicos, a cada atuação praticada na monitoria, para que se pudesse evocar no momento da construção do relato, assim como a elaboração de relatórios mensais com as atividades realizadas pela monitora.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 - Seleção de artigos.

Título do artigo		Síntese do assunto	Referências
1.	All Inclusive?! Empirical Insights into Individual Experiences of Students with Disabilities and Mental Disorders at German Universities and Implications for Inclusive Higher Education	<p>O texto aborda o acesso e a permanência de estudantes com necessidades específicas de Instituições de Ensino Superior e como promover melhores condições diante das barreiras em ambientes e nos materiais de aprendizagem, além de barreiras atitudinais, que podem ter sido ainda mais agravadas em decorrência da pandemia COVID-19.</p> <p>Traz ainda, reflexões acerca de quais medidas são úteis para garantir que os estudantes não sofram experiências estigmatizantes ou discriminatórias durante seus estudos.</p>	<p>BARTZ, J. All Inclusive?! Empirical Insights into Individual Experiences of Students with Disabilities and Mental Disorders at German Universities and Implications for Inclusive Higher Education. <i>Education Sciences</i>, v. 10, n. 9, 2020.</p>
2.	Echoing the voices of SWVIs under Covid-19 inspired online learning	<p>O estudo buscou investigar e documentar as perspectivas de estudantes com deficiência visual de</p>	<p>AMPONSAH, S. Echoing the voices of SWVIs under Covid-19 inspired</p>

		<p>uma instituição de ensino superior em atividades de maneira remota, devido às interrupções causadas pela pandemia COVID-19.</p>	<p>online learning. <i>Education and Information Technologies</i>, v. 26, p. 6607–6627, 2021.</p>
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria (2021).

O interesse pelo tema emerge durante a vivência enquanto monitora acadêmica do núcleo de atendimento a estudantes com necessidades específicas, durante as APNPs, inseridos em uma instituição de ensino superior, devido ao atual contexto sanitário de pandemia da COVID-19, em que as atividades presenciais foram suspensas, desde março de 2020 (AMPONSAH, 2021; BARTZ, 2020; BRASIL, 2020).

Com a intenção de relatar as ações realizadas junto aos estudantes com necessidades específicas no ensino superior, me debrucei em estudos acerca do tema, a fim de pensar nos processos de inclusão à educação desses estudantes inseridos nos cursos de graduação e de que modo se daria o acesso dessa população às atividades e tarefas pedagógicas de seus respectivos cursos de ensino superior.

Nesta referida Instituição de Ensino Superior (IES), ocorreu a chamada e seleção de monitores para acompanhar as especificidades de estudantes acompanhados, junto a coordenadora e a supervisora da monitoria acadêmica do núcleo de atendimento aos estudantes com necessidades específicas, durante as APNPs, para que se pudesse facilitar o acesso destes a esta nova modalidade de ensino remoto emergencial (BRASIL, 2020).

Diante deste cenário a IES optou por utilizar plataformas digitais como o *Google Meet* e ambientes virtuais como o *Google Classroom*, bem como grupos de *WhatsApp*, como forma de prosseguir com as APNPs, anterior ao seu início, capacitações foram promovidas para toda a comunidade acadêmica visando a eficácia na utilização das plataformas que seriam requeridas, logo que iniciou-se as aulas neste novo formato, ocorreu o processo seletivo para a monitoria acadêmica



do núcleo de atendimento aos estudantes com necessidades específicas, que possui dentre suas competências o apoio e acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A monitoria é uma das ações, enquanto estratégia facilitadora do processo de ensino aprendizagem, que oferece suporte ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, assistindo-os conforme sua especificidade e demanda, considerando a autonomia do estudante durante o processo de auxílio à promoção do acesso às APNPs. A monitoria transcorreu em três frentes: acompanhamento individual à demanda dos estudantes, atuação conjunta aos demais membros para realização de leitura e gravação em áudio e transcrição de materiais mais extensos disponibilizados pelos professores e também, na colaboração ao núcleo e suas demais atividades.

Os encontros para acompanhamento individual entre monitor e estudante monitorado eram realizados semanalmente por meio de reuniões, agendadas conforme a disponibilidade acordada entre ambos, na plataforma digital *Google Meet*, além de orientações e lembretes enviados por *WhatsApp*. A assistência se dava em prol da promoção de melhor acesso dos estudantes às APNPs durante o ensino remoto emergencial, com orientação quanto ao uso das plataformas digitais, acessibilidade dos materiais e elaboração de estratégias para o processo de aprendizagem, os estudos de Bartz (2020) e Amponsah (2021) demonstram-se representativos às intervenções concretizadas pela monitoria e núcleo mencionado.

Inicialmente, foram realizadas capacitações para os monitores, para melhor acolhimento e apoio específico às demandas de cada estudante assistido, sobre o programa de monitoria acadêmica, bem como treinamentos para Leitura e gravação em áudio de materiais e para o acolhimento aos estudantes dentro do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os monitores, individualmente ou em duplas, recebiam o encaminhamento por *e-mail* ou *Whatsapp* para acompanhar um estudante com necessidades específicas junto a instruções gerais quanto às ações a serem desempenhadas e até reuniões e supervisão com orientações práticas.

Realizou-se também, a construção de um termo de consentimento livre e esclarecido, com o objetivo de explicitar as ações desempenhadas pela monitoria aos estudantes, dado que foi verificada a necessidade de explicitar melhor as

atuações a serem exercidas tanto aos estudantes assistidos quanto aos próprios monitores, devido ao ineditismo que essa monitoria propunha, pois não tratava-se de uma monitoria de disciplinas como a comunidade acadêmica estava habituada, mas a monitoria a um ou mais estudantes de graduação com necessidades específicas, em ações inerentes ao acesso destes às APNPs.

Amponsah (2021) propõe em seu estudo a importância de promover momentos instrutivos referentes à inclusão para a comunidade acadêmica, a fim de que todos se envolvam com a temática acerca dos desafios percorridos por estudantes com baixa visão, sobretudo no ambiente remoto, o que corrobora com a atuação do núcleo, que busca oferecer palestras, rodas de conversa e oficinas inclusivas, como o Fórum de Acessibilidade, um evento que ocorreu de forma *online*, devido ao atual contexto, realizado junto a semana acadêmica da IES, no qual pude contribuir com a discussão para o delineamento do evento, na comissão organizadora e na proposta de uma gincana de acessibilidade, este evento promoveu duas palestras sobre acessibilidade e Inclusão em tempos de pandemia.

No quadro 1, é possível observar que apenas dois artigos foram elegíveis para o estudo, e ainda, que nenhum artigo brasileiro foi encontrado, o que aponta para o fato de haver uma escassez de artigos publicados sobre o tema, visto que discute-se muito sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência e assim, sua produção científica se eleva e o oposto ocorre no tocante ao acesso de estudantes com necessidades específicas ao ensino superior. O aumento destes no Ensino Superior (INEP, 2019) ainda é um processo em constante discussão nos espaços acadêmicos.

Bartz (2020) destacou em sua pesquisa a situação dos estudantes com necessidades específicas a partir de seus relatos, posto que a continuidade do acesso e a permanência no ensino superior é limitada por barreiras no fornecimento de materiais de aprendizagem, e também, por barreiras atitudinais principalmente nas relações com os professores. De acordo com a Lei brasileira de inclusão, é considerado barreira:

“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação,

à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2015).

Barreiras atitudinais se referem às atitudes ou comportamentos prejudiciais ou impeditivos à participação social da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015). E acessibilidade é classificada como:

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015).

É importante atentar-se às necessidades dos estudantes, considerando suas singularidades ao planejar e ofertar os cursos com métodos inclusivos de ensino, entendendo-os como protagonistas de suas respectivas demandas e as soluções para as barreiras existentes devem ser desenvolvidas de forma colaborativa (BARTZ, 2020).

Os monitores elaboraram vídeos tutoriais de acessibilidade, visando atender demandas de virtude tecnológica como envios de *e-mails* com anexo de arquivos e endereço de *e-mail* em cópia, utilizar o *Google Drive*, ação também descrita no estudo de Amponsah (2021) em que palestrantes abordaram esses aprendizados a respeito de questões tecnológicas sobre o ensino remoto.

Devido ao momento pandêmico, ocorreu a possibilidade de nos inserirmos em diferentes formatos de ensino, o que nos proporciona potencialidades e também barreiras, como dificuldades de acesso aos materiais, que nem sempre são disponibilizados considerando as especificidades de todos os estudantes, o que pode resultar em dificuldades no processo de ensino aprendizagem por meio remoto (AMPONSAH, 2021; BARTZ, 2020).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa corrobora com a importância da monitoria junto ao núcleo, visto que as ações desempenhadas favorecem o acesso dos estudantes com necessidades específicas às APNPs e as atuações das demais instituições se assemelham.

Pode-se atribuir enquanto limitação do estudo poucos artigos publicados acerca do tema. Espera-se ampliar a produção científica com novos estudos no que concerne ao tema, contemplando as perspectivas dos estudantes com necessidades específicas e também dos professores.

Essa produção permitiu questionar ainda mais a respeito das minhas ações tanto enquanto pessoa como enquanto futura profissional em uma sociedade tão capacitista, espero que a monitoria permaneça após o retorno às atividades pedagógicas presenciais, que muitos estudantes com necessidades específicas se beneficiem das ações propostas e que os demais estudantes conheçam o núcleo e suas proposições.

Idealizo ainda, o momento em que os processos de inclusão se tornem tão naturais a ponto de não precisarmos realizar tantas discussões a respeito do tema.

## REFERÊNCIAS

AMPONSAH, S. Echoing the voices of SWVIs under Covid-19 inspired online learning. *Education and Information Technologies*, v. 26, p. 6607–6627, 2021.

BARTZ, J. All Inclusive?! Empirical Insights into Individual Experiences of Students with Disabilities and Mental Disorders at German Universities and Implications for Inclusive Higher Education. *Education Sciences*, v. 10, n. 9, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Página Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 2 mai. 2021.

BRASIL. *LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 2 mai. 2021.

BRASIL. *LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 2 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador: *Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior*. Brasília, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 2 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 23 mai. 2021.

CNE - Conselho Nacional de Educação. CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia> Acesso em: 23 mai. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 3 abr. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2019* – Notas Estatísticas. Brasil: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf) Acesso em: 2 mai. 2021.

OLIVEIRA, G. *et al.* An exploratory study on the emergency remote education experience of higher education students and teachers during the COVID-19 pandemic. *British Journal of Educational Technology*, v. 52, p. 1357-1376, 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf) Acesso em: 30 nov. de 2021.